
Finsol SCM EPP S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à
Empresa de Pequeno Porte S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Sociedade" ou "Finsol"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A .

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A .

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de janeiro de 2021

A large, stylized handwritten signature in blue ink, written over the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A large, stylized handwritten signature in blue ink, written over the printed name of the auditor.

Vinicius Ferreira Britto Régio
Contador CRC 1BA024501/O-9

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTE		134.199	112.436	CIRCULANTE		95.082	86.495
Disponibilidades	3	19.810	10.128	Obrigações por empréstimos e repasses	8	92.183	83.735
TVMs e Instrumentos financeiros derivativos	4	28.029	21.373	Outras obrigações	9	2.899	2.760
Carteira própria - Livre		12.061	17.153	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	40
Vinculados à prestação de garantias		4.859	-	Sociais e estatutárias		245	207
Instrumentos financeiros derivativos	15	11.109	4.220	Fiscais e previdenciárias		1.123	945
Operações de crédito	5	83.738	77.918	Diversas		1.529	1.568
Empréstimos		89.917	85.092				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.179)	(7.174)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		16.764	1.209
Outros créditos		2.622	3.017	Obrigações por empréstimos e repasses	8	15.582	-
Créditos tributários	13	1.373	1.401	Outras obrigações	9	1.182	1.209
Diversos	6	1.249	1.616	Provisão para contingências	10	1.182	1.209
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.265	429	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.369	25.895
TVMs e Instrumentos financeiros derivativos	4	3.010	-	Capital social	11	19.000	19.000
Vinculados à prestação de garantias		3.010	-	De domiciliados no país		19.000	19.000
Operações de crédito	5	1.255	429	Reservas de lucros		8.369	6.895
Empréstimos		1.270	472				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(15)	(43)				
PERMANENTE	7	751	734				
Imobilizado de uso		562	734				
Outras imobilizações de uso		1.748	2.073				
(-) Depreciações acumuladas		(1.186)	(1.339)				
Intangível		189	-				
Outros Ativos Intangíveis		312	-				
(-) Amortizações acumuladas		(123)	-				
TOTAL DOS ATIVOS		139.215	113.599	TOTAL DOS PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.215	113.599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		43.434	40.841
Operações de crédito		32.047	40.280
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		216	261
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		11.171	300
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(25.384)	(15.050)
Operações de empréstimos e repasses	8	(5.411)	(5.112)
Resultado de operações de câmbio	8	(12.228)	(2.308)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(7.745)	(7.630)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.050	25.791
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	12	(15.877)	(21.012)
Receitas de prestação de serviços		11.516	11.989
Despesas de pessoal		(18.989)	(21.420)
Despesas tributárias		(2.226)	(2.762)
Outras despesas administrativas		(8.906)	(10.663)
Outras receitas operacionais		1.298	1.570
Receitas não operacionais		1.430	274
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.173	4.779
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(454)	(1.139)
Correntes		(425)	(1.104)
Diferidos		(29)	(35)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.719	3.640
Lucro líquido por ações do capital social - R\$		0,09	0,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.719	3.640
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.719</u>	<u>3.640</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais



		RESERVAS DE LUCROS				
	Nota explicativa	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		19.000	382	3.080	-	22.462
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.640	3.640
Constituição de reserva legal	11	-	182	-	(182)	-
Dividendos propostos	11	-	-	-	(207)	(207)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11	-	-	3.251	(3.251)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		19.000	564	6.331	-	25.895
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.719	1.719
Constituição de reserva legal	11	-	86	-	(86)	-
Dividendos propostos	11	-	-	-	(245)	(245)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11	-	-	1.388	(1.388)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		19.000	650	7.719	-	27.369

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.173	4.779
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização e depreciação	7	264	299
Resultado na baixa de ativo imobilizado	7	57	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	7.745	7.630
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	(27)	(28)
Juros e variação cambial sobre empréstimos	8	17.639	7.420
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		(2.777)	(17.153)
Instrumentos financeiros derivativos		(6.889)	4.615
Operações de crédito		(14.391)	(4.574)
Outros créditos		337	(315)
Outras obrigações		71	(381)
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Captação de empréstimos e repasses	8	100.000	32.000
Amortizações de empréstimos e repasses	8	(87.551)	(20.800)
Juros pagos	8	(6.058)	(4.902)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(395)	(1.139)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		10.227	7.521
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	7	(177)	(150)
Aquisição de intangível	7	(161)	-
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(338)	(150)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos		(207)	-
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(207)	-
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.682	7.371
No início do exercício	3	10.128	2.757
No fim do exercício	3	19.810	10.128
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.682	7.371

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Sociedade"), foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Recife-PE. Em 28 de maio de 2013, obteve autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de agosto de 2013. O início das atividades foi declarado através de Assembleia Geral de Constituição (AGC), chancelada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, em 4 de setembro de 2013.

O objeto social contempla a concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, contemplando as atividades descritas abaixo:

- Aplicação de disponibilidades de caixa no mercado financeiro, observadas as restrições legais e regulamentares específicas de cada modalidade de aplicação;
- Aquisição de créditos concedidos em conformidade com seu objeto social;
- Cessão de créditos, inclusive a companhias securitizadoras de créditos financeiros, na forma da regulamentação em vigor;
- Obtenção de recursos para concessão de créditos, em conformidade com o objeto social, em operações de repasses e de empréstimos originários de:
 - a) instituições financeiras nacionais e estrangeiras;
 - b) entidades nacionais e estrangeiras voltadas para ações de fomento e de desenvolvimento; e
 - c) fundos oficiais.
- Captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM);
- Emissão de moeda eletrônica, restrita às pessoas naturais ou jurídicas passíveis de receber financiamentos;
- Atuar na prestação de serviço de correspondente no País;
- Analisar crédito para terceiros;
- Atuar na cobrança de crédito de terceiros;
- Atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de seu objeto social, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Os empréstimos são concedidos pela Sociedade através de:

- Microcréditos Solidários (proprietários de negócios com atividade de produção, comércio e/ou serviço, organizados em grupos, com um mínimo de 3 (três) e máximo de 10 (dez) integrantes); e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- Microempreendedores individuais ou a microempresas e empresas de pequeno porte.

A Sociedade iniciou sua operação com microcrédito em 1^a de fevereiro de 2014 e possui atualmente 27 (vinte e sete) postos de atendimento físicos em 5 (cinco) estados na região Nordeste e 1 (hum) posto de atendimento digital com abrangência nacional.

PANDEMIA DA COVID-19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

Atualmente, a Sociedade vem adotando diversas medidas para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da COVID-19 em suas operações, sendo as principais:

- Utilização de auxílios fornecidos pelo Governo Federal, entre eles a possibilidade de redução da jornada dos colaboradores e a postergação dos vencimentos de PIS e COFINS;
- Implementação de aprimoramentos na gestão da carteira de crédito;
- Maior criticidade na realização de novos contratos;
- Forte investimento em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (*home office*), bem como para otimização de processos internos e para criação de novas formas de acesso aos clientes;
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros, principalmente daqueles relacionados à liquidez dos negócios; e
- Diversificação da estrutura de *funding*.

A Sociedade também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela Administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências da empresa;
- Utilização de regime de teletrabalho (*home office*) e rodízio para todas as áreas administrativas, reduzindo níveis de aglomerações;
- Aferição de temperatura de todos os colaboradores na entrada da empresa;
- Distanciamento das mesas na área do refeitório; e
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as áreas da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

É importante destacar que a Sociedade manteve substancialmente seu quadro de colaboradores e vem cumprindo com todos os seus compromissos imediatos, não apresentando necessidade de captação de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades operacionais.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e consideram as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, adaptadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos os pronunciamentos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Dentre os pronunciamentos homologados pela BACEN, aqueles aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução Nº 4.534, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução Nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 - Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 - Ativo Imobilizado (Resolução Nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC-33 (R1) - Benefícios a Empregados (Resolução Nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- CPC-46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução N° 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição de ativos ou montante esperado para liquidação de passivos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo seu imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios subsequentes.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Encontra-se representado por depósitos em conta corrente.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade possui operações de *SWAP* contratadas para proteção da exposição cambial em contratos de empréstimos em moedas estrangeiras. Nas operações de *SWAP* o diferencial a receber ou a pagar é registrado na adequada conta de ativo ou passivo, sendo apropriado como receita ou despesa na demonstração do resultado, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 do BACEN. O valor justo desses instrumentos é reavaliado registrando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- (a) As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos de forma "pro rata die", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, sendo reconhecida no resultado apenas quando há o efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são registradas de forma "pro rata die" no resultado do exercício.
- (b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando em consideração o maior valor entre os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil e 100% do saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias (níveis de risco E ao H), fundamentação definida considerando as estimativas de perda avaliadas pela administração.

Em função da pandemia da COVID-19, cujos impactos na economia nacional puderam ser observados a partir de março de 2020, a carteira de crédito específica produzida durante o período mais crítico da pandemia teve um provisionamento ainda mais conservador. Neste caso, para as operações com atraso de até 5 dias, foi realizada a provisão correspondente a 3% do valor de cada operação; para as operações com mais de 5 dias de atraso, foi realizada provisão de 100%.

- (c) As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudança nas premissas anteriores.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação acumulada e de qualquer provisão para redução ao valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada dos bens.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição e demais custos diretamente atribuíveis que sejam necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. No caso da Sociedade, os ativos intangíveis são representados por direito de uso de softwares e aplicativos para smartphones desenvolvidos internamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando se encontram prontos para utilização, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer do período estimado para o qual são esperados benefício econômico.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável anualmente, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável de ativos.

2.11. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que ao final do período o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas da intermediação financeira. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

A provisão do imposto de renda e da contribuição social segue a sistemática do lucro real anual. O imposto de renda é constituído pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 20 por mês e a contribuição social, computada pela alíquota de 9%, sobre o lucro ajustado para fins tributários.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados a um percentual de 34% sobre as diferenças temporárias entre a base de cálculo tributável e os valores das demonstrações financeiras.

2.13. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- (b) Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos contra a Sociedade. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. A Sociedade constitui provisão para todas as contingências que apresentam probabilidade de perda provável. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

2.14. Reconhecimento da receita

(a) Receita de intermediação financeira – operações de crédito

A receita financeira de crédito é proveniente da atualização monetária (juros) dos empréstimos concedidos, vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Em caso de atraso no pagamento das parcelas das operações de crédito, a Sociedade:

- Cobra multa de 2% sobre o valor da parcela inadimplida, reconhecendo a receita no momento da constatação da inadimplência;
- Cobra juros simples a taxa de 9,5% a.m., reconhecendo os juros de mora até o mês anterior ao que qualquer parcela do contrato completar 60 dias de inadimplida.

(b) Receita de serviços de intermediação de microseguros

A Sociedade promove a intermediação da comercialização de microseguros de vida em grupo, atuando como um prestador do serviço uma seguradora parceira. Nestas operações, a Sociedade é remunerada com base no valor da apólice dos seguros contratados e na rentabilidade da carteira.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita deste serviço é reconhecida mensalmente na demonstração do resultado em função do volume mensal de seguros contratados, na rubrica de "receitas de prestação de serviços" e oportunamente quando ocorre a apuração de excedente técnico.

2.15. Transações recorrentes e não recorrentes

A Sociedade avalia se certas transações que não estejam relacionadas ou que estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, ou ainda que não estejam previstas para ocorrer de forma frequente nos exercícios futuros podem ser caracterizadas como transações não recorrentes, conforme a Resolução BCB nº 02/2020. Quando existentes, a Sociedade divulga essas transações de forma segregada em suas demonstrações financeiras.

2.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras se referem ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais e depreciações calculadas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Sociedade segue as determinações da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil para constituição da provisão mínima para créditos de liquidação duvidosa, bem como utiliza metodologia própria para análise da suficiência dessa provisão para cobrir o risco de realização das operações de crédito, efetuando provisões adicionais, quando necessário. O critério para provisionamento adicional está descrito na Nota Explicativa nº 2.7.

(b) Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada dos bens e direitos.

(d) Transações recorrentes e não recorrentes

Em 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil emitiu Resolução Nº 2. Dentre outros aspectos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as instituições devem evidenciar em suas demonstrações financeiras os resultados recorrentes e não recorrentes.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- I. não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- II. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração da Sociedade avaliou as transações que não estivessem relacionadas ou que estivessem relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, ou ainda que não estivessem previstas para ocorrer de forma frequente nos exercícios futuros, e não identificou situações que pudessem ser caracterizadas como transações não recorrentes.

3. DISPONIBILIDADES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades em moeda nacional	19.810	10.128
Total	<u>19.810</u>	<u>10.128</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todo o saldo de disponibilidade da Sociedade encontra-se depositado em conta corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Certificado de depósitos bancários - CDB		
Carteira própria - Livre	12.061	17.153
Vinculados à prestação de garantias	7.869	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota nº 15)	11.109	4.220
Total	<u>31.039</u>	<u>21.373</u>
Circulante	28.029	21.373
Realizável a longo prazo	3.010	-

A Sociedade mantém recursos aplicados em CDB com rendimento indexado ao CDI, resgatáveis a qualquer momento e com risco insignificante de mudança de valor justo para a Sociedade. Esses recursos são tratados como investimentos e são referentes a aplicações do excesso de caixa da Sociedade.

As aplicações vinculadas à prestação de garantias são mantidas como garantias em operações de empréstimos e repasses contraídos junto aos Bancos Sofisa S.A., Banco Safra S.A. e Caixa Econômica Federal.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão compostas por empréstimos, na modalidade de microcrédito, concedidos através do microcrédito solidário e comunitário e também, empréstimos concedidos a pessoas jurídicas na condição de microempresário individual, microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira dessas operações de crédito estava composta da seguinte forma:

(a) Composição da carteira por tipo de operação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Microcréditos a receber de pessoas físicas	82.758	85.564
Empréstimos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	8.429	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.194)	(7.217)
Total	<u>84.993</u>	<u>78.347</u>
Circulante	83.738	77.918
Realizável a longo prazo	1.255	429

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da carteira por prazo de vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer:	80.124	68.713
Vencidas:		
Até 14 dias	1.205	1.772
De 15 a 30 dias	2.723	4.330
De 31 a 60 dias	1.548	2.019
De 61 a 90 dias	701	1.573
De 91 a 120 dias	588	858
De 121 a 150 dias	425	750
De 151 a 180 dias	301	818
A partir de 181 dias	<u>3.572</u>	<u>4.731</u>
Total	<u>91.187</u>	<u>85.564</u>

(c) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Risco	31/12/2020			31/12/2019		
	<u>Valor</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>Provisão constituída</u>	<u>Valor</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>Provisão constituída</u>
A	78.871	0,5%	(394)	69.644	0,5%	(348)
B	3.912	1%	(39)	4.809	1%	(48)
C	1.830	3%	(55)	2.196	3%	(66)
D	1.279	10%	(128)	1.697	10%	(170)
E	758	30%	(227)	866	30%	(260)
F	616	50%	(308)	759	50%	(380)
G	302	70%	(211)	818	70%	(573)
H	<u>3.619</u>	100%	<u>(3.619)</u>	<u>4.775</u>	100%	<u>(4.775)</u>
	<u>91.187</u>		<u>(4.982)</u>	<u>85.564</u>		<u>(6.620)</u>
Provisão adicional (*)			<u>(1.212)</u>			<u>(597)</u>
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa			<u>(6.194)</u>			<u>(7.217)</u>

(*) O critério para provisionamento adicional para cobertura quanto ao risco de realização das operações de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 2.7.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação durante os exercícios de 2019 e de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.427)
Provisões constituídas	(7.630)
Valores baixados	9.840
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(7.217)</u>
Provisões constituídas	(7.745)
Valores baixados	8.768
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(6.194)</u>

6. OUTROS CRÉDITO - DIVERSOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos a receber originados de cartão de crédito (a)	74	397
Créditos a receber de seguros vendidos	210	196
Créditos a receber originados de cessão de crédito	-	33
Adiantamento a fornecedores	46	27
Adiantamento a funcionários	18	205
Depósitos judiciais	752	641
Impostos a recuperar	120	113
Outros créditos a receber	29	4
Total	<u>1.249</u>	<u>1.616</u>

(a) Refere-se a saldo de contas a receber de operações de crédito de clientes que foram quitadas através de cartão de crédito.

7. PERMANENTE

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>		Taxas anuais de depreciação (amortização)
	Custo	Depreciação (amortização) acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Imobilizado					
Instalações	62	(15)	47	53	10%
Móveis e utensílios	346	(217)	129	183	10%
Equipamentos de informática	1.213	(901)	312	426	20%
Veículos	127	(53)	74	12	20%
Outros	-	-	-	60	-
Subtotal	<u>1.748</u>	<u>(1.186)</u>	<u>562</u>	<u>734</u>	
Intangível					
Licenças de uso de softwares	151	(123)	28	-	20%
Outros	161	-	161	-	-
Subtotal	<u>312</u>	<u>(123)</u>	<u>189</u>	<u>-</u>	
Total	<u>2.060</u>	<u>(1.309)</u>	<u>751</u>	<u>734</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo permanente da Sociedade segue apresentada a seguir:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Imobilizado								
<u>Custo</u>								
Instalações	62	-	-	62	-	-	-	62
Móveis e utensílios	437	26	(38)	425	3	(81)	(1)	346
Equipamentos de informática	1.192	122	(81)	1.233	99	(119)	-	1.213
Veículos	203	-	-	203	75	(151)	-	127
Outros	178	2	(30)	150	-	-	(150)	-
Total do custo	2.072	150	(149)	2.073	177	(351)	(151)	1.748
<u>Depreciação</u>								
Instalações	(3)	(6)	-	(9)	(6)	-	-	(15)
Móveis e utensílios	(229)	(38)	25	(242)	(34)	59	-	(217)
Equipamentos de informática	(668)	(199)	60	(807)	(183)	89	-	(901)
Veículos	(169)	(22)	-	(191)	(8)	146	-	(53)
Outros	(85)	(34)	29	(90)	(4)	-	94	-
Total da depreciação	(1.154)	(299)	114	(1.339)	(235)	294	94	(1.186)
Subtotal	918	(149)	(35)	734	(58)	(57)	(57)	562
Intangível								
<u>Custo</u>								
Licença de uso de softwares	-	-	-	-	-	-	151	151
Outros	-	-	-	-	161	-	-	161
Total do custo	-	-	-	-	161	-	151	312
<u>Amortização</u>								
Licença de uso de softwares	-	-	-	-	(29)	-	(94)	(123)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da amortização	-	-	-	-	(29)	-	(94)	(123)
Subtotal	-	-	-	-	132	-	57	189
Total	918	(149)	(35)	734	74	(57)	-	751

8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As principais características dos empréstimos e repasses estão sumarizadas a seguir:

Instituição	Tipo	Modalidade	Taxa de juros	Moeda	Data de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Financiera Independencia	Empréstimo	Capital de giro	5,9412% a.a.	Dólar - U\$	11/01/2021	52.645	-
Financiera Independencia	Empréstimo	Capital de giro	7,1765% a.a.	Dólar - U\$	10/01/2020	-	60.674
Caixa Econômica Federal	Repasse	(*)	5,54% a.a.	Real - R\$	27/08/2024	20.009	-
Banco Sofisa S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 5,788% a.a.	Real - R\$	15/12/2021	30.092	-
Banco Sofisa S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 5,535% a.a.	Real - R\$	18/12/2020	-	23.061
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 7,699% a.a.	Real - R\$	22/02/2021	1.503	-
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 7,699% a.a.	Real - R\$	31/03/2021	1.512	-
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 8,085% a.a.	Real - R\$	17/12/2021	2.004	-
Total						107.765	83.735
Circulante						92.183	83.735
Exigível a longo prazo						15.582	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Refere-se à captação de financiamento oriundo de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para realização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO instituído pela Lei 13.636 de 20/03/2018.

(a) Garantias

As operações de empréstimos e repasses junto ao Banco Safra S.A., Banco Sofisa S.A. e Caixa Econômica Federal possuem como garantia a carteira de crédito e aplicações financeiras restritas.

(b) Covenants

Não há cláusulas de *covenants* nos contratos da Sociedade vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(c) Movimentação de empréstimos e repasses

A movimentação dos empréstimos e repasses encontra-se demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	70.017
Captações	32.000
Juros provisionados	5.112
Variação cambial	2.308
Juros pagos	(4.902)
Amortizações	(20.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>83.735</u>
Captações	100.000
Juros provisionados	5.411
Variação cambial	12.228
Juros pagos	(6.058)
Amortizações	(87.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>107.765</u>

(d) Vencimento das operações de longo prazo

Os montantes de longo prazo têm a seguinte posição, por ano de vencimento:

<u>Ano de</u> <u>vencimento</u>	<u>Valor</u>
2022	5.569
2023	5.881
2024	4.132
Total	<u>15.582</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	84	-
PIS e COFINS a pagar	142	161
IOF a recolher	2	40
ISS a pagar	30	33
Provisão de férias a pagar	1.052	1.054
INSS e FGTS a pagar	746	680
Seguros vendidos a repassar	409	383
Dividendos a pagar (Nota nº 11)	245	207
Fornecedores	52	112
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (Nota nº 10)	1.182	1.209
Outros	137	90
Total	<u>4.081</u>	<u>3.969</u>
Circulante	2.899	2.760
Exigível a longo prazo	1.182	1.209

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a posição das provisões para riscos cíveis e trabalhistas está a seguir apresentada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Riscos trabalhistas	187	989
Riscos cíveis	995	220
Total	<u>1.182</u>	<u>1.209</u>

Adicionalmente, há processos com perda considerada possível no montante de R\$ 3.339 (2019: R\$ 3.628), que se referem substancialmente a processos de mesma natureza daqueles provisionados, contudo com elementos de defesa que levaram os assessores jurídicos da Finsol a considerá-los com probabilidade de perda possível.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 19.000, representados por 19.000.000 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

Os lucros líquidos, quando existentes terão a destinação que lhes for designada *ad referendum* da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, ficou definido que os dividendos propostos a serem constituídos sobre o lucro líquido do exercício de 2020, depois da constituição da reserva legal, serão de 15% (2019: 6%). O montante restante será destinado a constituição de reserva de retenção de lucro.

A conciliação da destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 seguem abaixo apresentadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.719	3.640
(-) Reserva legal - 5%	<u>(86)</u>	<u>(182)</u>
Base para determinação dos dividendos	<u>1.633</u>	<u>3.458</u>
(-) Dividendos propostos	<u>(245)</u>	<u>(207)</u>
Constituição de reserva de retenção de lucros	<u>1.388</u>	<u>3.251</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

12. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Receitas de prestação de serviços</u>		
Tarifa de análise de crédito - TAC	9.344	9.386
Serviços de intermediação de microseguros	2.172	2.603
Total	<u>11.516</u>	<u>11.989</u>
<u>Despesas de pessoal</u>		
Honorários e benefícios	(15.476)	(17.241)
Encargos sociais	(3.397)	(3.999)
Treinamentos	(25)	(48)
Estagiários	(91)	(132)
Total	<u>(18.989)</u>	<u>(21.420)</u>
<u>Despesas tributárias</u>		
COFINS	(1.315)	(1.816)
PIS	(285)	(295)
ISS	(576)	(600)
Outras	(50)	(51)
Total	<u>(2.226)</u>	<u>(2.762)</u>
<u>Outras despesas administrativas</u>		
Prestação de serviços	(3.695)	(3.430)
Alugueis	(791)	(1.008)
Telefonia e internet	(684)	(721)
Manutenção	(475)	(596)
Despesas com viagens, hospedagens e alimentação	(107)	(655)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	28	27
Depreciação	(232)	(297)
Propaganda e publicidade	(333)	(433)
Água e energia elétrica	(133)	(195)
Tarifas de serviços bancários	(1.134)	(1.144)
Combustíveis e lubrificantes	(570)	(1.073)
Outras	(780)	(1.138)
Total	<u>(8.906)</u>	<u>(10.663)</u>
<u>Outras receitas operacionais</u>		
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	1.297	1.569
Outras	1	1
Total	<u>1.298</u>	<u>1.570</u>
<u>Receitas não operacionais</u>		
Recuperação de crédito tributário (*)	1.294	265
Outras	136	9
Total	<u>1.430</u>	<u>274</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) No exercício de 2018, a Sociedade formulou consulta junto à Receita Federal do Brasil perguntando sobre a aplicabilidade às Sociedades de Crédito ao Microempendedor e à Empresa de Pequeno Porte da contribuição adicional de 2,5% do INSS patronal prevista no Art. 22, § 1º da Lei nº 8.212. de 24.07.1991, por acreditar não estar inserida no rol de entidades obrigadas.

Em 28 de dezembro de 2018, a Sociedade obteve resposta da Receita Federal do Brasil, por meio da solução de consulta nº 283 confirmando a não aplicabilidade da contribuição adicional do INSS patronal. Adicionalmente, a Sociedade contratou consultoria tributária para revisar o tema à luz da solução de consulta e concluiu-se que foi efetuado recolhimento a maior do INSS nos últimos 5 anos, tendo a Sociedade um crédito a compensar.

Durante o exercício de 2020, a Sociedade compensou o montante de R\$ 1.294 (2019: R\$ 265).

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO

Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.173	4.779
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>739</u>	<u>1.625</u>
<u>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes:</u>		
Brindes e doações	22	51
Outros	(86)	(44)
Ativo fiscal diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(221)</u>	<u>(493)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	<u>454</u>	<u>1.139</u>
Corrente	(425)	(1.104)
Diferido	(29)	(35)
<i>Alíquota efetiva - %</i>	21%	24%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL no montante de R\$ 1.683 (2019: R\$ 2.330) a ser utilizado nos próximos exercícios.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Lei nº 9.430/96, atualizada pela Lei 13.097/15, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. As provisões para perdas com operações de crédito são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Desta forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa e conforme disposição da Circular BACEN n.º 3.171, de 30 de dezembro de 2002, a Sociedade registra Crédito Tributário correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a referida diferença temporária. O saldo ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, registrado na rubrica de "Outros créditos – Créditos Tributários", apresenta a seguinte composição:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total
<u>Adições temporárias:</u>								
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	2.855	714	257	971	2.912	728	262	990
Provisão de passivos contingentes	1.182	296	106	402	1.209	302	109	411
Total de créditos tributários ativados	<u>4.037</u>	<u>1.010</u>	<u>363</u>	<u>1.373</u>	<u>4.121</u>	<u>1.030</u>	<u>371</u>	<u>1.401</u>

Em função dos valores médios das operações e das regras para dedutibilidade fiscal, o saldo dos Créditos Tributários em 31 de dezembro de 2020 será integralmente realizado durante o exercício de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2020		2019	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<u>Passivo</u>				
Obrigações por empréstimos e repasses				
Financiera Independencia (*) (Nota nº 8)	(52.645)	-	(60.674)	-
<u>Resultado</u>				
Despesa da intermediação financeira				
Financiera Independencia (*)	-	(15.290)	-	(6.549)

(*) Refere-se aos empréstimos contraídos junto à controladora da Sociedade e aos encargos financeiros e variação cambial reconhecidos na demonstração do resultado em função destes empréstimos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração compreende os diretores estatutários, o controller e os gerentes regionais. Os honorários e benefícios dos administradores da Sociedade foram apropriados como despesa ao resultado, como segue:

	2020	2019
Diretores	1.265	1.758
Controller	170	-
Gerentes regionais	849	922
Total	<u>2.284</u>	<u>2.680</u>

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos da Sociedade reflete um esforço integrado de ações, controles e processos abrangendo os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional.

- I. Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos diariamente, sendo um dos pilares das decisões estratégicas da Sociedade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

- II. Risco de Crédito: Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de "rating".
- III. Risco de Liquidez: É o risco da Sociedade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.
- IV. Risco Operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Finsol considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à Sociedade. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital.

Derivativos

A Sociedade possui operação de SWAP contratada junto ao Banco HSBC S.A. para proteção da exposição cambial existente sobre seu contrato de empréstimo firmado em dólar-US\$.

A posição desse instrumento financeiro derivativo segue abaixo apresentada:

31/12/2020			Curva			
<u>Operação</u>	<u>Indexador</u>	<u>Custódia</u>	<u>Valor Inicial</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Valor a receber</u>
Swap	U\$ x PRE	CETIP	40.672	52.644	41.535	11.109

31/12/2019			Curva			
<u>Operação</u>	<u>Indexador</u>	<u>Custódia</u>	<u>Valor Inicial</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Valor a receber</u>
Swap	U\$ x PRE	CETIP	55.094	60.674	56.454	4.220

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Sociedade compreende o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeita; e
- Planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade.

No gerenciamento de capital, a Sociedade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade, medir a suficiência de capital em relação à exposição dos ativos ponderados pelo risco, conforme determinado Resolução BACEN nº 4.193/13. O Índice de Basileia da Sociedade, cujo mínimo requerido pelo BACEN é de 11%, atingiu 13,13% em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de referência (a)	27.180
Capital principal	27.180
Patrimônio líquido	27.369
Ajustes prudenciais	(189)
Ativos ponderado pelo risco – RWA (b)	207.053
Índice de Basileia (a/b)	13,13%

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade possui cobertura de seguros de prevenção de incêndio e para os seus veículos por valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de janeiro de 2021, a operação de SWAP contratada foi encerrada e a Sociedade apurou ganho de R\$ 12.825. Na mesma data, a operação de empréstimo em moeda estrangeira junto a Financiera Independencia, cujo principal e juros acumulados montavam em US\$ 10.149, equivalentes a R\$ 54.480, foi liquidada e um novo contrato foi celebrado no montante de US\$ 7.000, equivalentes a R\$ 37.578, resultando em um desembolso líquido de R\$ 16.902. Essa nova operação possui vencimento para 11 de janeiro de 2022 com taxa de juros de 6,7906% a.a. e, de igual forma, um novo SWAP foi contratado junto ao Banco HSBC S.A. para proteção da variação cambial dessa nossa operação.

FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR
E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29 de janeiro de 2021.